

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**As nossas ações e ações de clientes:**  
Submetidos à aprovação do Comitê de Administração, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos exercícios finais em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2013	31.12.2012	PASSIVO	Notas	31.12.2013	31.12.2012
<b>Circulante</b>		<b>13.527.355</b>	<b>16.066.660</b>	<b>Circulante</b>		<b>12.292.064</b>	<b>14.003.399</b>
Disponibilidades		34.125	95.340	Depósitos	(9)	3.233.836	3.493.006
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5.092.412	7.575.379	Depósitos à vista		80.580	147.716
Aplicações em depósito interfinanceiro		1.957.007	4.175.196	Depósitos interfinanceiros		104.884	553.378
Aplicações em depósitos a prazo		3.098.565	3.400.183	Depósitos em moeda estrangeira		2.971.072	2.724.482
Aplicações em moedas estrangeiras		46.840	46.840	Depósitos em moeda estrangeira		77.300	67.428
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>3.753.874</b>	<b>3.639.513</b>	<b>Captações no mercado aberto</b>		<b>3.156.599</b>	<b>2.843.002</b>
Carteira própria	(5)	2.338.390	2.427.824	Carteira própria		553.980	2.937
Vinculados a compromissos de recompra		521.481	2.010	Carteira de fianças		1.492.745	1.988.997
Vinculados à prestação de garantias		109.059	94.106	Carteira de livre movimentação		1.109.834	841.088
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		389.847	846.458	<b>Recursos de aceitação e emissão de títulos</b>		<b>239.564</b>	<b>168.165</b>
Instrumentos financeiros derivativos		52.089	5.926	Obrigações por emissão de letras financeiras		239.564	168.165
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>5.182.089</b>	<b>5.026.989</b>	<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>49.267</b>	<b>54.120</b>
Depósitos e depósitos no BACEN	(6)	355.883	343.927	Recursos em trânsito de terceiros		54.120	54.120
Setor privado		372.266	353.071	<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	(10)	<b>1.311.140</b>	<b>3.040.532</b>
Operações de crédito	(6.3)	(16.383)	(9.144)	Emprestimos no exterior		1.713.475	2.951.909
Operações de arrendamento mercantil		-	5.333	Repasses do país		26.402	23.641
Arrendamentos a receber		179.379	199.304	Repasses do exterior		171.263	64.962
Sênior a apropriar de arrendamento mercantil		(179.379)	(163.971)	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	(5)	<b>417.838</b>	<b>417.256</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>4.087.219</b>	<b>4.400.191</b>	Instrumentos financeiros derivativos		433.823	417.256
Carteira de câmbio	(7.1)	3.894.037	4.145.052	<b>Outras obrigações</b>		<b>3.267.875</b>	<b>3.987.318</b>
Rendas a receber e previdenciárias		29.665	25.733	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.847	1.847
Negociação e intermediação de valores		513	404	Carteira de câmbio	(7.1)	2.780.281	2.920.740
Diversos	(7.2)	180.301	256.225	Sociais e estatutárias		62.715	67.818
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa		(27.284)	(27.864)	Rendas a receber e previdenciárias	(11.1)	153.207	153.207
<b>Outros valores e bens</b>		<b>1.753</b>	<b>1.061</b>	Negociação e intermediação de valores		662	686
Despesas antecipadas		1.753	1.061	Diversa subordinada	(11.2)	15.813	13.797
<b>Investimentos</b>		<b>4.917.400</b>	<b>2.295.774</b>	Diversas	(11.3)	293.349	187.206
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.647.984	1.151.974	<b>Imo. de renda e contribuição social</b>	(14)	<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5)	1.748.555	218.277	Imposto de renda e contribuição social		26	(40.003)
Vinculados a compromissos de recompra		36.846	1.083	Provisão para contribuição social		(31.542)	(58.370)
Vinculados à prestação de garantias		263.687	257.245	Ativo fiscal diferido		47.734	52.865
Instrumentos financeiros derivativos		731.935	217.194	<b>Participação em lucro</b>		<b>(817)</b>	<b>(1.162)</b>
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		143.797	161.349	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>
Operações de crédito	(6)	(143.797)	(161.349)	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
Setor privado		143.797	161.349	Imposto de renda e contribuição social		26	(40.003)
Operações de arrendamento mercantil		-	-	Provisão para contribuição social		(16.166)	(34.298)
Arrendamentos a receber		139.145	315.910	Ativo fiscal diferido		47.734	52.865
Sênior a apropriar de arrendamento mercantil		(139.145)	(315.910)	<b>Participação em lucro</b>		<b>(817)</b>	<b>(1.162)</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>825.055</b>	<b>825.055</b>	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>
Carteira de câmbio	(7.1)	915.403	472.541	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
Rendas a receber	(7.2)	3.509	2.579	Imposto de renda e contribuição social		26	(40.003)
Diversos		457.346	352.514	Provisão para contribuição social		(16.166)	(34.298)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>910</b>	<b>60</b>	Ativo fiscal diferido		47.734	52.865
Despesas antecipadas		910	60	<b>Participação em lucro</b>		<b>(817)</b>	<b>(1,162)</b>
<b>Investimentos</b>		<b>327.458</b>	<b>481.486</b>	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>
Participação em controlada no País	(8)	21.760	23.551	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
Outros investimentos		5.235	4	Imposto de renda e contribuição social		26	(40.003)
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>14.997</b>	<b>17.181</b>	Provisão para contribuição social		(16.166)	(34.298)
Outras imobilizações de uso		40.338	40.338	Ativo fiscal diferido		47.734	52.865
Depreciações acumuladas	(6.2)	(27.890)	(23.217)	<b>Participação em lucro</b>		<b>(817)</b>	<b>(1,162)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>		<b>284.185</b>	<b>433.314</b>	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>
Imobilizado de arrendamento		518.188	618.688	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
Depreciações acumuladas		(93.667)	(64.874)	Imposto de renda e contribuição social		26	(40.003)
<b>Diferido</b>		<b>34</b>	<b>63</b>	Provisão para contribuição social		(16.166)	(34.298)
Reserva de organização e expansão		13.108	13.139	Ativo fiscal diferido		47.734	52.865
Intangível acumulada		(13.072)	(13.076)	<b>Participação em lucro</b>		<b>(817)</b>	<b>(1,162)</b>
Ativos Intangíveis		1.817	2.054	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>
Intangível acumulada		(3.331)	(3.230)	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>18.602.293</b>	<b>18.844.898</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>26</b>	<b>(40.003)</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de reservas	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido	Ajustes de avaliação patrimonial	
							Legal	Estatutária
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	505.188	78.167	88.455	493.398	2.901	1.169.109	-	-
Homologação do aumento de capital	78.167	(78.167)	-	-	-	(7.991)	(7.991)	(7.991)
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	60.000	-	-	(60.000)	-	-	-
Aumento de Capital - Incorporação reversa	-	-	-	-	187.793	187.793	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	187.793	187.793	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	9.390	-	(9.390)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	51.348	-	(51.348)	-	-	-
Reserva para capital próprio (R\$0,38 por ação)	-	-	54.746	-	(54.746)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	584.355	60.000	97.845	493.398	6.090	1.281.856	-	-
Homologação do aumento de capital	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	4.614	-	-	(4.614)	-	-	-
Aumento de Capital - Lucros acumulados	-	54.000	-	-	(54.000)	-	-	-
Aumento de Capital - Incorporação reversa	-	18.381	-	-	187.716	187.716	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	98.012	98.012	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	9.385	-	(9.385)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	60.331	-	(60.331)	-	-	-
Reserva para capital próprio (R\$0,38 por ação)	-	-	54.746	-	(54.746)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	644.355	72.381	107.230	605.077	(476)	1.428.567	-	-
Homologação do aumento de capital	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	54.000	-	-	(54.000)	-	-	-
Aumento de Capital - Lucros acumulados	-	18.381	-	-	98.012	98.012	-	-
Aumento de Capital - Incorporação reversa	-	54.000	-	-	(54.000)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	98.012	98.012	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	7.621	-	(7.621)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	60.331	-	(60.331)	-	-	-
Reserva para capital próprio (R\$0,38 por ação)	-	-	54.746	-	(54.746)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	644.355	72.381	107.230	605.077	(476)	1.428.567	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 524/08, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizada a desenvolver suas operações por meio das Carteiras comerciais, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento. A Demonstração Financeira elaborada para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovada pela Diretoria em 15 de Março de 2014.  
Em 30 de setembro de 2013, os administradores do Banco aprovaram a incorporação da Petits Champs Participações e Serviços S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação firmado em 11 de setembro de 2013.  
O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31.08.2013, data-base da operação, no montante de R\$18.381.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.141/07, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeário Nacional - COSIF.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso, e de passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros; v) ativos e passivos relacionados ao pós-emprego a empregados e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas relacionadas à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes não podem refletir essas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Práticas Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos emitidos pelo BACEN em conformidade com o disposto no artigo 1º do seu estatuto. No exercício de 2013 o BACEN não aprovou mais nenhum pronunciamento CPC.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 18.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados como títulos para negociação se são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a) Ajuste do resultado**  
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de recebimento ou pagamento.

As aplicações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta retidora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas nos resultados contábeis e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. Nas operações de arrendamento mercantil, é apurado pelo regime de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 140/04, que considera:

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	01.07.13	01.01.13	01.01.12
		31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>651.322</b>	<b>1.371.248</b>	<b>1.230.660</b>
Operações de crédito		20.902	37.325	32.666
Operações de arrendamento mercantil		19.870	44.517	52.852
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		464.006	977.464	1.016.256
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		14.373	28.050	(138.918)
Resultado com operações de câmbio		193.971	283.982	(87.204)
<b>Despesa da intermediação financeira</b>		<b>(433.917)</b>	<b>(911.983)</b>	<b>(866.334)</b>
Operações de captação no mercado		(365.808)	(649.066)	(581.519)
Operações de empréstimos e repasses		(47.220)	(246.160)	(260.881)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (6.3)		(20.889)	(16.757)	(24.814)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>217.405</b>	<b>459.265</b>	<b>363.669</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(101.407)</b>	<b>(177.779)</b>	<b>(48.299)</b>
Recursos de prestação de serviços		93.448	173.219	220.774
Despesas de pessoal		(82.067)	(156.004)	(160.224)
Resultado participação em controlada (8)		3.714	10.451	12.225
Outras despesas administrativas		(49.226)	(94.127)	(95.764)
Despesas tributárias		(18.839)	(36.112)	(32.959)
Outras receitas operacionais	(13)	10.836	18.260	45.074
Outras despesas operacionais (13)		(59.273)	(93.596)	(38.240)
<b>Resultado operacional</b>		<b>115.998</b>	<b>281.486</b>	<b>314.367</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>115.181</b>	<b>280.304</b>	<b>313.504</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	(14)	<b>26</b>	<b>(40.003)</b>	<b>(64.671)</b>
Provisão para contribuição social		(16.166)	(34.298)	(68.814)
Ativo fiscal				



(Continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

(Em milhares de reais)

11.2 Composição Outras Obrigações - Dívida subordinada	31.12.2013	31.12.2012
<b>Descrição</b>	<b>342.322</b>	<b>312.176</b>
Dívida subordinada	287.249	13.797
Curto prazo	15.813	298.379
Longo prazo	326.509	

Representada por recursos captados por meio de emissão de "fixed rate notes" no valor de US\$125 milhões, equivalente a R\$331.105, já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2013 (R\$299.310 em 2012), vencível até Janeiro de 2016, com juros de 5,46% a.a., e pela emissão de letras financeiras no valor de R\$11.217 (R\$12.866 em 2012), vencíveis até Fevereiro de 2020, com juros prefixados de 12,70% a.a.

11.3 Composição Outras Obrigações - Diversas	31.12.2013	31.12.2012
<b>Descrição</b>	<b>287.249</b>	<b>233.226</b>
Diversas	287.249	187.206
Curto prazo	253.349	46.020
Longo prazo	33.900	

Substancialmente compostas por: i) valores a pagar a sociedade ligada de R\$1.353 (R\$3.203 em 2012); ii) provisão de despesas de pessoal de R\$101.270 (R\$102.738 em 2012); iii) provisão para perdas com fianças e avais no montante de R\$138.436 (R\$100.205 em 2012); iv) provisão para passivos contingentes de R\$1.398 (R\$1.856 em 2012) e v) discussão judicial da majoração da alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho - SAT no valor de R\$13.396 (R\$9.584 em 2012).

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

**11.3.1 Movimentação dos passivos contingentes**

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial no semestre	289.117	6	13.651	302.774
Constituição	13.276	-	12.074	25.350
Reversão	-	-	(607)	(607)
Pagamento	-	-	(795)	(795)
Atualização monetária	10.089	1	472	10.562
<b>Total 2013</b>	<b>312.482</b>	<b>7</b>	<b>24.795</b>	<b>337.284</b>
<b>Total 2012</b>	<b>267.385</b>	<b>-</b>	<b>11.439</b>	<b>278.824</b>

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível

e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2013, os riscos considerados como de perda possível e remota montam em R\$25.871 (R\$24.282 em 2012).

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**12.1 Capital social**  
O capital social é representado por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

**a) Destinação de resultados**

Conforme definido no Estatuto Social do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$187.716 foi integralmente destinado, sendo que: i) R\$9.385 foi a título de Reserva Legal; ii) R\$60.331 a título de Reserva Estatutária de Lucros, conforme Estatuto Social; iii) R\$64.000 título de Juros sobre Capital Próprio, cuja opção pela sua distribuição proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$25.600 do exercício, e iv) R\$54.000 a título de aumento do Capital, sem a emissão de novas ações e proporcionalmente à participação detida por cada acionista, deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária datado de 30 de Dezembro de 2013 e homologada pelo BACEN em 13 de março de 2014.

**b) Aumento de capital**

Em 30 de setembro de 2013, tendo em vista assunção pela Sociedade de todos os ativos e passivos da Petlis Champs Participações e Serviços S.A. nos termos do Protocolo aprovado, propôs a Diretoria o aumento de capital em R\$18.361, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária datado de 30 de Setembro de 2013 e homologado pelo BACEN em 09 de janeiro de 2014.

**13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

As outras receitas operacionais são compostas basicamente por receitas de atualização em depósitos judiciais de R\$15.578 (em 2012 R\$14.208 e reversão de provisões R\$28.431). As outras despesas operacionais são compostas basicamente por constituição e atualização de contingências de R\$30.256 (R\$18.214 de atualizações em 2012), variação cambial sobre banqueiros e sobre ordem de pagamento no exterior de R\$9.870 (R\$14.714 em 2012) e constituição de provisões e fianças de R\$38.231 (R\$2.082 em 2012).

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	280.304	313.504
(-) Participação dos empregados no lucro	(52.585)	(71.040)
(-) Juros sobre Capital Próprio	(64.000)	(67.055)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	163.719	175.409
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(65.487)	(70.164)

Descrição	31.12.2013	31.12.2012
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	4.180	4.890
Dividendos	20.282	133
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos	1.022	9.045
Outros	-	1.425
<b>Total</b>	<b>(40.003)</b>	<b>(54.671)</b>

**15. OUTRAS INFORMAÇÕES****15.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades**

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$4.008.086 (R\$2.863.009 em 2012) e estão registradas em contas de compensação. O Banco, observando suas diretrizes do gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante de R\$138.436 (R\$100.205 em 2012) registrada em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 11.3).

**15.2 Administração de recursos de terceiros**

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$28.481.641 (R\$32.054.118 em 2012).

**15.3 Operações vinculadas**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não haviam operações de crédito amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores.

**15.4 Transações com partes relacionadas****15.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O Banco é administrado por uma Diretoria, formada por um Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$12.455 (R\$16.848 em 2012), benefícios de longo prazo de R\$7.495 (R\$4.034 em 2012) e benefícios pós-emprego somente em 2013 de R\$682.

**15.4.2 Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas não divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	31.12.2013		31.12.2012		Descrição	31.12.2013		31.12.2012	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósito em moeda estrangeira	32.161	-	10.485	-	Cetelem América Ltda.	-	-	11	-
BNP Paribas S.A. Paris controladora	(29.341)	-	(20.224)	-	Cetelem Serviços Ltda.	-	-	18	-
BNP Paribas S.A. Londres, Montreal, Hong Kong e Tokyo	(2.820)	-	(502)	-	Cetelem Latm America Holding	-	-	11	-
BNP Paribas S.A. Nova York	-	-	10.241	-	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	36	-	393	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.604.221	379.400	4.422.835	541.779	Petlis Champs Participações e Serviços	-	-	5	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	(1.544.540)	(139.828)	(1.853.678)	(273.140)	Depósitos a Prazo	(28.142)	(4.560)	(73.481)	(4.776)
Banco BGN S.A.	(3.059.681)	(239.572)	(2.569.157)	(268.639)	Cetelem Latin America Holding	-	-	-	9
Arrendamento mercantil	284.185	44.517	438.647	52.853	Arval Brasil Ltda.	28.142	3.604	50.218	3.158
Arval Brasil Ltda.	(284.185)	(44.517)	(438.647)	(52.853)	Petlis Champs Participações e Serviços	-	956	23.263	1.609
Serviços Prestados a Receber	2.028	2.028	2.530	2.501	Depósitos Interfinanceiros	-	(5.667)	(192.224)	(13.015)
Arval Brasil Ltda.	(2.028)	(2.028)	(2.530)	(2.501)	Banco BGN S.A.	-	5.667	192.224	13.015
Devedores diversos - exterior	19.990	36.988	91.754	111.357	Obrigações por operações compromissadas	(17.639)	(1.874)	(15.301)	(1.076)
BNP Paribas S.A. - Nova York	(790)	(1.815)	(2.153)	(7.218)	Banco BGN S.A.	17.639	1.874	15.301	1.076
BNP Paribas S.A. - Colômbia	(2.200)	(1.100)	(1.100)	(1.192)	Obrigações por empréstimos e repasses	(1.876.612)	(194.200)	(3.147.573)	(217.336)
BNP Paribas S.A. - Singapura	(226)	(427)	(441)	-	BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York e Suisse)	1.876.612	194.200	3.147.573	217.336
BNP Paribas S.A. Paris	(16.714)	(33.642)	(88.060)	(102.947)	Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(1.353)	-	(3.203)	-
Depósitos à vista	(1.237)	-	(572)	-	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	1.353	-	3.203	-
Arval Brasil Ltda.	-	-	73	-	Outras obrigações - Dívida subordinada	(308.564)	(53.479)	(269.159)	(34.614)
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	61	-	BNP Paribas S.A. (Paris)	308.564	53.479	269.159	34.614

**15.5 Medida Provisória nº 627**

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre: - a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941 de 27.05.2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. Considerando-se que a referida MP nº 627 possui número relevante de emendas propostas e que a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a mesma MP, disciplinar diversas matérias é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e ou esclarecidas. Em uma avaliação preliminar, com base no texto vigente, estimamos que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

**16. RISCO OPERACIONAL**

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas S.A. está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**17. RISCO DE CRÉDITO**

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito.

Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco. A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO**

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Nesse avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (nota 3). Essas

práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

**19. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de governança corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidado econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

**20. RISCO DE LIQUIDEZ**

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável, bem como estabeleceu uma estrutura apropriada para o gerenciamento do risco de liquidez. Com a aplicação de rígidos padrões locais e globais, além de indicadores de controle e adequado nível de reporte, a gestão de liquidez do Banco visa continuamente cumprir com as determinações regulatórias, honrar seus compromissos com os clientes/mercado, apoiar a estratégia de desenvolvimento do Banco BNP Paribas Brasil S.A., manter o menor custo possível e lidar com eventuais crises de liquidez.

O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez no Banco BNP Paribas Brasil S.A. está disponível no endereço eletrônico ([www.bnpparibas.com.br](http://www.bnpparibas.com.br)).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Aos Srs. Administradores****Banco BNP Paribas Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2013, estando composto atualmente por três membros, todos diretores, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance e Auditoria Interna.

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (nota 3). Essas

práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Washington Luiz Pereira Cavalcanti Contador CRC 1SP172940/O-6

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Segundo semestre de 2013****Introdução**

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2013, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por três membros, todos diretores, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o segundo semestre de 2013.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes durante o primeiro semestre (reuniões 62 a 64) e duas vezes durante o segundo (reuniões 65 e 66). Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o ano de 2013 problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente suas demonstrações financeiras ou a continuidade de seus negócios, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza ou valor. Também merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

**Ouidoria**

O nível de reclamações apresentado à Ouidoria continua muito baixo. A exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, a Instituição, através dos órgãos internos competentes, tem mostrado grande habilidade na solução rápida e eficiente dos problemas apresentados pela clientela, fornecedores e terceiros em geral. Esse baixo nível de reclamações comprova também que as operações da Instituição com os seus clientes são realizadas com elevado padrão de qualidade. Foram apresentados regularmente aos membros do Comitê relatórios das atividades da Ouidoria no segundo semestre de 2013 que constatou apenas uma reclamação apresentada diretamente à Ouidoria, e que foi prontamente resolvida, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente. No mesmo período, nenhuma reclamação com face da Instituição foi registrada no Sistema de Reclamações do Banco Central do Brasil.

Esse alto nível de excelência no atendimento das questões apresentadas hodiernamente também pode ser comprovada pela existência no encerramento do semestre sem qualquer ação em curso contra a Sociedade movida por qualquer de seus clientes.

**Relatório de Controles Internos**

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se inferir que os sistemas e procedimentos de controle da Instituição foram regularmente avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o exercício de 2013 sem nenhuma recomendação considerada de alto risco, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição.

Vale notar que a estrutura de controles internos do Banco BNP Paribas no Brasil é estabelecida dentro de um framework que estabelece uma clara definição de responsabilidades, com todos os procedimentos interligados e em sua grande maioria devidamente suportados por manuais, uma objetiva segregação de funções, onde cada efetua a transação não a registra, não a controla e nem a liquida, associada a uma separação física e lógica das áreas cujas atividades possam produzir conflitos de interesses, possibilitando